

**GREGÓRIO ASSAGRA DE ALMEIDA  
RAFAEL DE OLIVEIRA COSTA**

**DIREITO  
PROCESSUAL  
PENAL COLETIVO**

**A TUTELA PENAL DOS BENS JURÍDICOS COLETIVOS**

*DIREITOS OU  
INTERESSES  
DIFUSOS,  
COLETIVOS E  
INDIVIDUAIS  
HOMOGÊNEOS*



Copyright © 2019, D'Plácido Editora  
Copyright © 2019, Gregório Assagra de Almeida  
Copyright © 2019, Rafael de Oliveira Costa

**Editor Chefe**  
*Plácido Arraes*

**Editor**  
*Tales Leon de Marco*

**Produtora Editorial**  
*Bárbara Rodrigues*

**Capa, projeto gráfico**  
*Letícia Robini*  
*(Imagem por Rob Curran, via Unsplash)*

**Diagramação**  
*Enzo Zaqueu Prates*

**Editora D'Plácido**  
Av. Brasil, 1843, Savassi  
Belo Horizonte – MG  
Tel.: 31 3261 2801  
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.  
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,  
por quaisquer meios, sem a autorização prévia  
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)  
Ficha catalográfica

ALMEIDA, Gregório Assagra de; COSTA, Rafael de Oliveira.  
Direito Processual Penal Coletivo: A Tutela Penal dos Bens Jurídicos Coletivos: Direitos ou Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos. -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.  
378 p.  
ISBN: 978-65-80444-24-3  
1. Direito. 2. Direito Processual Penal. I. Título.  
CDD341.43 CDU347.9

2019.03.60

D'PLÁCIDO



\*  
Rodapé



## Sumário

<b>Prefácio</b> .....	<b>19</b>
<b>Apresentação</b> .....	<b>21</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>27</b>
<b>I. Novo Constitucionalismo, supremacia dos direitos e deveres fundamentais e Estado Democrático de Direito como força organizativa da sociedade: um novo olhar para os bens jurídicos penais e para a tutela penal coletiva</b> .....	<b>39</b>
1.1. Superação do jusnaturalismo e do positivismo jurídico: o surgimento do novo constitucionalismo .....	39
1.1.1. A necessidade de uma terceira via para além do jusnaturalismo e do positivismo jurídico .....	39
1.1.2. O surgimento e a configuração do Novo Constitucionalismo .....	43
1.2. A Supremacia dos Direitos e das Garantias Constitucionais Fundamentais como Valores fundantes da Constituição e do Estado Democrático de Direito e como Núcleos Essenciais do Sistema Jurídico .....	57
1.2.1. Compreendendo a origem e o sentido da expressão “Direitos Fundamentais” .....	57
1.2.2. O sentido e o conceito de direitos fundamentais: direitos subjetivos fundamentais e não fundamentais e a sua problemática .....	59
1.2.3. Modelos constitucionais sobre normas fundamentais .....	65

1.2.4. Modelos teóricos argumentativos a respeito da Constituição e do sistema de direitos fundamentais.....	66
1.2.5. Classificações dos direitos e das garantias fundamentais .....	68
1.2.6. Características dos direitos fundamentais.....	74
1.2.7. Modelos de construção dos direitos fundamentais.....	77
1.2.8. Os direitos e as garantias fundamentais como valores fundantes da Constituição e do Estado Democrático de Direito e o papel singular do Ministério Público.....	78
1.3. Estado Democrático de Direito como Força Organizativa da Sociedade.....	81
1.4. A Dogmática Penal e a revisitação do conceito de bem jurídico à luz dos direitos constitucionais fundamentais .....	88
1.5. O conceito de bem jurídico-penal e a crise da dogmática processual penal clássica.....	94
1.6. Enquadramento constitucional do Direito Coletivo e dos bens (direitos ou interesses) jurídico-penais coletivos como direitos fundamentais: Um novo olhar para a tutela penal.....	97
1.6.1. O enquadramento constitucional do Direito Coletivo amplamente considerado.....	97
1.6.2. Natureza jurídica e dimensões do Direito Coletivo como direito fundamental.....	102
1.6.3. Método do Direito Coletivo.....	103
1.6.4. Objeto formal e Objeto Material do Direito Coletivo.....	103
1.6.5. Conceito de Direito Coletivo.....	104
1.6.6. Os bens jurídico-penais coletivos como espécies de direitos ou interesses coletivos.....	105
1.7. A nova <i>summa divisio</i> constitucionalizada no Brasil e os seus impactos no plano da tutela penal.....	106
1.7.1. Diretrizes para o enquadramento das disciplinas jurídicas.....	106
1.7.2. O Direito Constitucional como ponto de união entre o Direito Coletivo e o Direito Individual e a inexistência de critério jurídico abstrato instituidor de preferência.....	108

<b>2. Sistema de Direito Penal Coletivo: alguns aspectos das experiências estrangeira e brasileira</b> .....	<b>111</b>
2.1. A necessidade de uma nova concepção sobre a tutela penal material e processual à luz dos direitos ou interesses coletivos.....	111
2.2. Da tutela penal dos direitos ou interesses coletivos em sentido amplo (bens jurídico-penais difusos, coletivos e individuais homogêneos).....	115
2.3. Direito Penal e Processual Penal Coletivo na experiência estrangeira.....	121
2.3.1. Considerações iniciais.....	121
2.3.2. Breve abordagem da tutela penal dos interesses ou direitos coletivos no Common Law: o caso dos EUA.....	122
2.3.3. Breve abordagem da tutela penal dos interesses ou direitos coletivos no Civil Law: o caso da Europa.....	126
2.4. Visão geral das infrações penais contra bens jurídicos coletivos no Sistema Brasileiro.....	127
2.5. Desafios na tutela penal dos direitos ou interesses coletivos amplamente considerados no Brasil.....	130
<b>3. Lições Propedêuticas de Direito Processual Penal Coletivo: Fundamentação Constitucional, Natureza Jurídica, Método e Conceituação</b> .....	<b>139</b>
3.1. Da necessidade de sistematização do Direito Processual Penal Coletivo.....	139
3.2. Fundamentação constitucional do Direito Processual Penal Coletivo.....	140
3.3. Posição entre as disciplinas jurídicas do Direito Processual Penal Coletivo.....	143
3.4. Método de estudo e de concretização do Direito Processual Penal Coletivo.....	143
3.5. Conceituação do Direito Processual Penal Coletivo.....	145
<b>4. Normas Fundamentais do Direito Processual Penal Coletivo: Princípios, Garantias e Regras</b> .....	<b>149</b>
4.1. A importância dos princípios e das garantias para o Sistema Brasileiro de Tutela Coletiva (Material e Processual).....	149

4.1.1. Reflexões introdutórias.....	149
4.1.2. Sentido vulgar da expressão princípio.....	150
4.1.3. Princípio no campo do Direito (fase jusnaturalista; fase do positivismo jurídico; fase do pós-positivismo jurídico).....	150
4.1.4. As diversas cargas e funções de juridicidade dos princípios.....	155
4.1.5. Princípios e regras jurídicas.....	157
4.1.6. Princípios, garantias e regras (classificação tricotômica funcional sobre as normas de direitos fundamentais).....	162
4.2. Princípios gerais do Direito Processual Penal.....	164
4.3. Princípios processuais do Direito Processual Penal Coletivo.....	167
<b>5. Ensaio para a teoria e a prática do Direito Processual Penal Coletivo.....</b>	<b>179</b>
5.1. Fundamentação introdutória à Teoria do Direito Processual Penal Coletivo.....	179
5.2. Diretrizes gerais para as investigações nas infrações penais que afetem bens difusos, coletivos ou individuais homogêneos.....	184
5.2.1. Introdução.....	184
5.2.2. Do procedimento investigatório criminal coletivo.....	185
5.2.3. Das medidas passíveis de serem tomadas pelo membro do Ministério Público na investigação de delitos que afetem bens jurídico-penais difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	189
5.2.4. Da colheita de informações e depoimentos.....	190
5.2.5. Da produção de provas pelo investigado e do interrogatório.....	192
5.2.6. Das medidas cautelares na fase investigatória do Direito Processual Penal Coletivo.....	194
5.3. Do acordo coletivo de não persecução penal e da ação penal coletiva.....	196
5.3.1. Acordo de Não Persecução Penal Coletivo.....	196

5.3.2. Diretrizes para a realização e a homologação de acordos e outras medidas cabíveis para garantir a eficiência do Sistema do Direito Processual Coletivo.....	201
5.3.3. Ação penal coletiva.....	204
5.3.3.1. Fundamentação constitucional e infraconstitucional da ação penal coletiva.....	204
5.3.3.2. Do oferecimento da denúncia e da persecução no Direito Processual Penal Coletivo.....	207
5.3.3.3. Da legitimidade na ação penal coletiva.....	211
5.3.3.4. Princípios orientadores da ação penal coletiva.....	213
5.4. Jurisdição Penal Coletiva.....	215
5.4.1. Conceito, competência e relação entre as demandas coletivas.....	215
5.4.2. Dos poderes do juiz no Direito Processual Penal Coletivo.....	218
5.5. Do Processo Penal Coletivo.....	219
5.5.1. Aspectos introdutórios e conceituais do Processo Penal Coletivo.....	219
5.5.2. Da interpretação das normas do Processo Penal Coletivo e do suprimento de lacunas.....	221
5.5.3. Meios de prova no Processo Penal Coletivo.....	222
5.5.4. Provas “por estatística” e “por amostragem”.....	223
5.5.5. A Colaboração Premiada Coletiva.....	224
5.5.5.1. Introdução.....	224
5.5.5.2. Princípio da prioridade da resolução negociada em processos coletivos.....	224
5.5.5.3. Colaboração premiada coletiva: natureza jurídica e conceito.....	227
5.5.5.4. Do procedimento para celebração de acordos de delação premiada coletiva.....	232
5.5.6. Direito Intertemporal no Processo Penal Coletivo.....	242
5.5.7. O Ministério Público no Direito Processual Penal Coletivo.....	243
5.5.7.1. O Ministério Público como garantia constitucional fundamental da sociedade e do cidadão.....	243
5.5.7.2. Da atuação do Ministério Público em causas ou litígios de alta complexidade e de repercussão social.....	247

5.5.7.3. Direito Processual Penal Coletivo, políticas de segurança pública e Ministério Público.....	251
5.5.8. Da tutela ressarcitória no Direito Processual Penal Coletivo.....	255
5.5.9. Do cabimento da tutela inibitória e da tutela de remoção do ilícito no Direito Processual Penal Coletivo.....	258
5.6. Da Defesa no Processo Penal Coletivo.....	260
5.7. Da Coisa Julgada Penal Coletiva.....	261
5.8. Do <i>Habeas Corpus</i> Coletivo.....	264
5.9. Recursos cabíveis no Direito Processual Penal Coletivo.....	270
5.10. Revisão Criminal, Reclamação Constitucional e Teoria dos Precedentes Judiciais.....	271
5.11. Da liquidação e execução das condenações nos processos penais coletivos.....	272
5.12. Do cabimento de outras medidas judiciais e extrajudiciais para a tutela jurídica adequada no sistema do Direito Processual Penal Coletivo (artigo 5º, §2º, da CR/1988).....	273
<b>6. Do Programa de Integridade do Sistema de Direito Processual Penal Coletivo.....</b>	<b>277</b>
6.1. Compliance no Direito Processual Penal Coletivo.....	277
6.2. Programa de Integridade Institucional no Sistema do Direito Processual Penal Coletivo.....	278
<b>Conclusões.....</b>	<b>281</b>
<b>Referências.....</b>	<b>289</b>
<b>Anexo I: Anteprojeto de código brasileiro de Direito Processual Penal Coletivo.....</b>	<b>323</b>